

**Reformismo Ilustrado na Amazônia Portuguesa:
Constrangimentos econômicos, ambientais e tecnológicos (1755-1799)**

ANDRÉ AUGUSTO DA FONSECA

Professor no Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual de Roraima (UERR); doutorando em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); bolsista da CAPES

RESUMO

Este trabalho propõe um diálogo com parte da historiografia da Amazônia colonial e com alguns relatos de viajantes e agentes coloniais, procurando compreender a importância dos fatores materiais na explicação histórica das peculiaridades do processo de colonização na região na segunda metade do século XVIII. As contradições econômicas do modelo colonial, assim como a demografia e o meio ecológico, comprometeram e limitaram o êxito das medidas pombalinas.

Introdução

Os cientistas naturais nos dizem que num ecossistema tudo tem um papel e, portanto, tudo influencia o funcionamento do todo; inversamente, todas as coisas são afetadas por estarem num ecossistema. Devem as culturas e as sociedades que as criam ser vistas também nessa perspectiva dupla, influenciando e sofrendo influências? Ou será melhor descrevê-las como se tivessem o seu próprio tipo de 'sistemas culturais' que se interligam com os ecossistemas apenas em casos muito raros e isolados? (WORSTER, 1991 p. 207).

Este trabalho integra-se a um projeto de pesquisa sobre as reações e os desdobramentos das reformas ilustradas colocadas em prática na parte ocidental da Amazônia Portuguesa, na segunda metade do século XVIII. A transformação econômica, física e cultural da região estava inscrita no projeto dessas reformas. Talvez em poucos lugares, entretanto, as ações humanas deliberadas e conscientes estejam em interação tão evidente com os constrangimentos ambientais quanto na Amazônia.

A perspectiva de estudar a fundo as relações e influências recíprocas entre a história social e as transformações na natureza não é absolutamente nova, pois a Escola dos Annales já propunha desde seus primeiros tempos uma História Total. Contemplar as interações natureza-sociedade é importante, no mínimo, para evitar reducionismos tais como o economicismo ou qualquer outro tipo de abordagem unilateral, que contemple apenas aspectos políticos ou culturais¹. Indicando um caminho interessante, Worster chegou a propor que não seria nada mau colocar um pouco de marxismo na História das relações entre natureza e cultura (especificamente, no “materialismo cultural” de Marvin Harris),

[...] argumentando que, entre os fatores que levam ao esgotamento de recursos e aos desequilíbrios ambientais, está a competição, tanto entre classes quanto entre estados. Os capitalistas constroem uma ordem social e tecnológica que os enriquece e os leva ao poder. Montam fábricas para a produção em massa. Levam a Terra à beira do colapso com a sua tecnologia, a sua administração da classe trabalhadora e o seu apetite. A subsistência é redefinida como a necessidade sem fim, o consumo sem limites, a interminável competição por *status*. O sistema com o tempo se autodestrói e é substituído por um novo. Da mesma forma, poderíamos melhorar o marxismo acrescentando os fatores ecológicos apontados por Harris

¹ Obviamente, também deve se evitar o superdimensionamento do papel exercido pelo meio ambiente na História (LEONARDI, 1999 p. 16).

para ajudar a explicar o surgimento das classes e seus conflitos. (WORSTER, 1991 p. 209).

Neste trabalho, tentarei explorar alguns dos aspectos mais significativos da materialidade subjacente ao tema da política colonial na Amazônia Portuguesa entre 1755 e 1799².

A delimitação da região

A Bacia do Rio Negro, que compreende também a sub-bacia do Rio Branco, constitui uma região de ocupação tardia no processo de colonização portuguesa na América. Assim como a maior parte da Amazônia Portuguesa, integrava o Estado do Maranhão e do Grão-Pará, criado em 1621 como unidade administrativa separada do Brasil e subordinada diretamente a Lisboa. Em 1751, essa região passou a se denominar Estado do Grão-Pará e Maranhão, com sede em Belém, “compreendendo as capitanias do Grão-Pará, Maranhão, Piauí e – a partir de 1755 – a de São José do Rio Negro.” (SAMPAIO, 2003a)³. Como se sabe, a separação entre Estado do Brasil e Estado do Maranhão e Grão-Pará se devia a fatores geográficos, como o regime de ventos e correntes marítimas que tornavam as viagens entre Belém e Salvador muito mais longas, arriscadas e difíceis do que entre Belém e Lisboa (FARAGE, 1991, p. 23; REIS, 1940, p. 26). Nas palavras do Padre Antônio Vieira,

“Uma das mais dificultosas e trabalhosas navegações de todo o Mar Oceano é a que se faz do Maranhão até o Ceará por costa, não só pelos muitos e cegos baixios, de que toda está cortada, mas muito mais pela pertinácia dos ventos e perpétua correnteza das águas.” [...] Missionários e autoridades civis despachadas da Bahia para São Luís e Belém deviam primeiro ir fazer baldeação em Lisboa, para depois viajar até o Maranhão e o Pará” (ALENCASTRO, 2000 pp. 58-59).

Além da separação administrativa e das condições ambientais que dificultavam a

² Os marcos temporais correspondem ao início do “consulado” de Sebastião José de Carvalho e Melo (depois conhecido como o Marquês de Pombal, primeiro-ministro do rei José I) e ao fim do reinado de D. Maria I, momento em que o futuro rei João VI assume oficialmente a regência. Trata-se de uma conjuntura de aceleração das transformações históricas nas estruturas sociais e econômicas da região, verdadeiro “laboratório” de reformas políticas, econômicas, militares e culturais do período da Ilustração.

³ No século XVII, chegou a abranger também o Ceará. Em 1772 seria desmembrado em Estado do Maranhão e Piauí e Estado do Grão-Pará e Rio Negro. Com a Independência, a capitania do Rio Negro (território que corresponde aproximadamente hoje aos estados do Amazonas e Roraima) seria incorporada à Província do Pará, situação que perduraria até 1850.

comunicação entre o Grão-Pará e o Brasil, salta aos olhos a diferença entre os dois modelos de exploração colonial. Com exceção do Maranhão (principalmente no último quartel do século XVIII), o primeiro Estado nunca teve a intensidade do sistema de *plantation* ou plantagem que se verificou no segundo. Uma espécie de círculo vicioso estabeleceu-se: os colonos vinham com a intenção de se inserir no mercado agroexportador escravista, mas não tinham capital nem crédito para adquirir escravos; a pobreza das capitanias era agravada pela falta de mão-de-obra e assim o projeto colonial não deslanchava; os colonos devastavam as aldeias e os aldeamentos indígenas escravizando a população nativa; a falta de uma economia de exportação em grande escala impedia os colonos de adquirirem meios de produção e técnicas mais avançadas de produção. “Para justificar a contínua (pela enorme mortalidade) e maciça escravização dos índios, os colonos paraenses invocavam sua pobreza, que os incapacitava de comprar escravos negros, mesmo nas ocasiões em que companhias de comércio os introduziam.” (CARDOSO, 1984 p. 98). A economia colonial do Grão-Pará era tão pouco desenvolvida que somente em 1752 a metrópole introduziu efetivamente a economia monetária na região. “Antes corriam como moeda, o cacau, o cravo, a salsaparrilha, o açúcar, novelos de algodão etc.” (idem).

Condicionamentos ambientais e dificuldades econômicas

No Estado do Grão-Pará, as condições objetivas conspiravam contra o estabelecimento de uma economia de *plantation*: “dificuldade de penetração, doenças tropicais, solos na maioria pobres...” (CARDOSO, 1984 p. 94). Segundo o testemunho coevo do Padre João Daniel, o portentoso espetáculo da imensa floresta desanimava os plantadores:

Desta vastidão de matas, e destas terras incultas nasce a dificuldade de nova agricultura nos europeos, e novos povoadores: porque bem que lhes lavem os olhos a sua fertilidade, e lhes roube a vista a sua verdura, pasmam, esmurecem, e se desanimam de meter mãos a obra, e dar princípio ao trabalho, parecendo-lhes, que apenas bastavam os jornaleiros de toda a república para desbastarem tão crecido arvoredo, e para cultivarem tanta terra... (Padre João Daniel, *Tesouro descoberto no Rio Amazonas* [segunda metade do século XVIII], apud CARDOSO, 1984, p. 94).

Pequenas partes do imenso território se mostrariam adequadas para a agricultura

do tipo desejado pelos europeus. A Amazônia mostra, até hoje, um mosaico de paisagens e diferentes ecossistemas. Na bacia do Rio Negro, observa-se

uma pobreza generalizada de nutrientes (oligotrofia). Possui formações naturais de terra firme, igapós (florestas inundadas) e campinarana, esta última também conhecida como catanga do Rio Negro, um tipo de vegetação peculiar à região. [...] seus solos são extremamente ácidos, arenosos e lixiviados [...] (RICARDO, et al., 2008 p. 12).

A vasta rede hidrográfica navegável favorecia as comunicações, mas ao mesmo tempo era o limite da colonização, que “seguiu a orientação dos cursos d’água estreitamente, ficando vazias as enormes extensões de matas entre os rios. As exportações, observava em 1784 Alexandre Rodrigues Ferreira, faziam-se dos mais remotos rincões a Belém em canoas mal construídas, débeis, movidas a remo: assim, nem sempre se plantava o que a terra poderia dar, mas, por falta de barcos para escoamento da produção, em certas regiões perdidas, só o que pudesse ser consumido *in loco*”. (CARDOSO, 1984 p. 94).

Tanto no século XVII quanto no XVIII, a mais constante queixa de colonos, missionários e autoridades coloniais (e o foco dos conflitos desses três grupos entre si e com os índios) era sobre o controle da força de trabalho indígena – fundamental em todas as atividades econômicas, de transporte, comunicação e defesa na região. Uma das atividades mais características do indígena no Grão-Pará era a de remeiro. Sobejam testemunhos de época sobre o quanto a superexploração dos índios nessa ocupação sacrificavam e minavam profundamente os próprios esforços de povoamento estratégico (aldeamentos) na bacia amazônica. O governador Francisco de Souza Coutinho⁴, no afã de tornar economicamente viáveis o comércio e as comunicações entre o Grão-Pará e o Mato Grosso, compreende bem o impacto das requisições de serviço aos índios como remeiros:

Sobre todas estas dificuldades, que facilmente superará a redundância de cabedal ou de credito, porque os subidos preços dos gêneros em Mato Grosso indemnizam o emprego e empate d’elle, prevalece a da falta de gente. Os índios, que sem duvida seriam os mais próprios para estas viagens, se o clima lhes não fosse tão fatal, repugnam por tão justa causa empregar-se n’ellas, e por terem sido muitos os que se tem empregado, ou sacrificado, se acham as povoações tão exaustas [...]. À exceção d’aquelles que chegando a habituar-se ao clima vem a ser práticos d’esta carreira, e vencem soldadas mais crescidas, acaso se

⁴ Governador do Grão-Pará de 1790 a 1803.

achará algum que a queira empreender sem coacção, porque os comboeiros para mais fundamentarem a sua natural aversão não omitem deprimir o quanto podem nos seus vencimentos, nos que lhes vem a pagar procuram desfazer-se das fazendas mais ruins por preços enormes, não querem nem respeitar [...] os direitos que as leis concedem aos homens [...], querem ser servidos e tratá-los como se servem e tratam os escravos, ou pior, porque desde que chegam aos termos de não poderem trabalhar, que morram ou que vivam, como lhes não custaram as somas que aquelles custam pouco lhes importa [...] (COUTINHO, 1865 p. 47).

Ou seja, a situação do trabalhador indígena legalmente livre era pior do que a do africano legalmente escravizado. Enquanto a lógica econômica obrigava o proprietário do escravo a evitar maus tratos ou a superexploração além de um certo limite, para não perder o cabedal investido, o índio “livre” era legalmente obrigado a prestar serviços à Coroa e aos particulares (colonos e moradores brancos) durante um período ao longo do ano, regulamentado pela lei (o chamado Diretório dos Índios – 1757-1798). Mas os comerciantes e lavradores brancos extrapolavam o tempo regulamentar, não pagavam ou pagavam muito mal e em espécie, com mercadorias ordinárias. Não evitavam sobrecarregar de trabalho e maus tratos os índios, que não lhes tinham custado nenhum investimento. No mesmo sentido, o Cônego Sousa em seu relato do tempo do primeiro reinado dava conta dos efeitos das requisições de trabalho para as comissões de limites no último quartel do século XVIII:

N’este tempo subiram ao Rio Negro os dois comissários para dar começo ao flagelo das demarcações. Chamo flagelo as demarcações porque verdadeiramente o era; não só porque era um jugo pesadíssimo aos índios, que deviam marchar a várias e assíduas digressões, senão serem obrigados a remar as canôas para Mato-Grosso, aonde devia haver correspondência, e onde ficaram enterrados muitos centos d’elles (SOUSA, 1848 p. 471).

Embora algumas autoridades reconhecessem os abusos contra os índios, de maneira geral os relatos dos colonizadores apresentavam uma característica curiosa em comum, apontada por Victor Leonardi:

Imersos em um horizonte mental dominado pela presença hegemônica do trabalho compulsório, seus escritos acabavam se desviando – voluntária ou involuntariamente – das questões centrais, ligadas ao regime do trabalho escravo, em vigência na América portuguesa, para incidir sobre aspectos absolutamente secundários: má administração do aldeamento, desleixo na conservação da igreja, falta de roçagem do mato circundante. Quando uma questão maior era abordada e relacionada com a ‘decadência’ – a dificuldade em fazer o índio

trabalhar compulsoriamente em projetos econômicos estranhos a sua cultura –, isso quase sempre era dito de forma etnocentrista, sob a forma do tema clássico – para os mercantilistas – da ‘escassez de mão-de-obra’, que os brancos atribuíam, quase sempre, à ‘indolência’ dos nativos e caboclos (LEONARDI, 1999 p. 40).

Dilema insolúvel para a Coroa, pelo menos até a consolidação das fronteiras coloniais na Amazônia: a mão-de-obra indígena era tão essencial para a economia regional quanto a sua cooperação política, para que os próprios índios – transformados em súditos católicos e portadores de valores culturais europeus – fossem os povoadores dos domínios portugueses, legitimando as novas fronteiras estabelecidas nos tratados entre Portugal e Espanha a partir de 1750. Porém, quanto mais a Coroa protegia os índios, mais descontentava os colonos do Maranhão e Grão-Pará, inviabilizando a força de trabalho para o modelo de economia colonial que se tentava implantar. Quanto mais condescendia com os colonos, afrouxando tácita ou formalmente a proteção aos índios, mais se acelerava o despovoamento da região, multiplicando-se as mortes em epidemias, ou por excesso de trabalho ou pelo desmantelamento da produção de alimentos nas comunidades em virtude das requisições de homens para o serviço real ou de particulares – que por sua vez motivavam o deslocamento de comunidades inteiras, o movimento de fuga e abandono dos aldeamentos ou “deserções” individuais ou coletivas, fartamente documentadas nos relatórios oficiais do período⁵.

Assim é possível compreender os pífios resultados das iniciativas metropolitanas no sentido de incentivar a monocultura de exportação no Grão-Pará. À exceção do arroz do Maranhão e de algumas lavouras no litoral paraense, próximo a Belém, a atenção e o zelo dos governadores da segunda metade do século XVIII em estimular o cultivo do anil, do café e do cacau tiveram resultados decepcionantes, na maior parte dos casos. Dessa forma, continuou predominando a rotina da exploração das chamadas “Drogas do Sertão”. O baixo custo e o baixo rendimento caracterizam o extrativismo, opção de áreas coloniais periféricas como as Guianas, o Canadá ou a Amazônia nos séculos XVII e XVIII.

No limite, parece mais razoável comparar a Amazônia portuguesa ao Canadá francês e inglês dos séculos XVII e XVIII, e mesmo ao vale do Missouri e das Montanhas Rochosas, nas primeiras décadas do século XIX, depois da cessão da Louisiana aos Estados Unidos.

⁵ Somente no Rio Negro, onze povoações estavam convertidas em ruínas abandonadas no século XIX (LEONARDI, 1999 p. 22).

Nessas vastas áreas, a atividade econômica – fundada no comércio de peles trocadas com os índios, ou diretamente obtidas pelos *coureurs de bois* canadenses e os *free trappers* americanos – sofria grande instabilidade. A exemplo do extrativismo amazônico, o mercado de peles norte-americanas (de castor, marta, lontra, raposa, e peles mais pesadas de búfalo, urso e cervo) dependia de uma demanda bastante inelástica: o aumento da oferta derrubava os preços dos produtos e abalava os mercados regionais [...] Uma diferença básica entre a exploração do Canadá e a da Amazônia repousa no uso sistemático do trabalho compulsório indígena na última região. Tanto para a coleta e o eventual cultivo das drogas, como para os postos de remadores das canoas, meio essencial de transporte. (ALENCASTRO, 2000 p. 140).

Assim, “[...] o extrativismo, a canoagem fluvial e o trabalho coagido dos remeiros indígenas” são “fatores de dispersão do povoamento colonial” na Amazônia portuguesa (idem). A demografia da região permanece instável ou estagnada. Grandes epidemias nos séculos XVII e XVIII dizimam as populações nativas e o programa de sedentarização e urbanização raramente funciona, tanto do lado português quanto do lado espanhol (LUCENA GIRALDO, 1993).

Existiriam mais afinidades entre os processos coloniais conduzidos por Portugal e Espanha nos domínios amazônicos do que entre a colonização lusa no vice-reinado do Brasil e na Ásia ou África. A ecologia e a demografia seriam mais determinantes do que as idiosincrasias de cada potência colonial (DOMINGUES, 2000 p. 18). A segunda metade do século XVIII correspondeu a uma conjuntura reformista tanto no império espanhol quanto no português. A monarquia Bourbon espanhola valorizava o conhecimento científico para seus próprios fins políticos, em uma perspectiva pragmática e eclética. Tanto a Capitania do Rio Negro (e do Estado do Grão-Pará como um todo) quanto a vizinha região da Guayana (sul-sudeste da atual Venezuela) eram regiões marginais dos respectivos impérios e tornaram-se, no período, verdadeiros laboratórios de propostas políticas, econômicas e científicas, com a criação de novos núcleos urbanos e uma nova organização do espaço (LUCENA GIRALDO, 1993). Da mesma forma que no império colonial português, em seu homólogo espanhol frequentemente os “constrangimentos estruturais frustravam as pretensões absolutistas da oligarquia reformista de Madri. Apesar de seus esforços persistentes para ampliar o balanço do poder monárquico, os ministros de Madri exerciam um controle limitado

sobre a máquina do governo ultramarino⁶.” (PAQUETTE, 2005 p. 110).

Às desigualdades de origem econômica entrelaçavam-se as discriminações de ordem étnico-cultural. O estigma das leis de pureza de sangue, somente abolidas na segunda metade do século XVIII, permaneceu entranhado na mentalidade das elites do império português. Na parte oriental da Amazônia portuguesa, a geografia das florestas densas das terras altas favoreceu a formação de quilombos importantes (aqui chamados de mocambos) formaram-se nas áreas de fronteira, como o famoso “quilombo de Trombetas, que se relacionava comercialmente com aldeias indígenas e com a Guiana Holandesa” (CARDOSO, 1984 p. 146). A estratificação social era acompanhada de diferenças étnicas, embora estas não fossem um impedimento absoluto de ascensão social:

Se na base da pirâmide social estão os trabalhadores índios e negros, no topo encontramos os fazendeiros, comerciantes ricos e grandes funcionários civis e militares do Estado português na região. Pelas suas imensas riquezas, os jesuítas até 1760 e os mercedários até a década de 1790 ocupavam lugar especial nessa elite. Menciona-se também com frequência o poder econômico que teriam no Pará os cristãos novos. [...] militares e funcionários de certa patente abusavam dos cargos em seu proveito pessoal. [...] os soldados rasos eram índios em grande parte, e os mestiços eram numerosos entre os pequenos burocratas. (CARDOSO, 1984 p. 147)

O açúcar e o tabaco do Grão-Pará não conseguiram competir com o Nordeste. A região, por suas características geográficas, era menos atrativa para o capital metropolitano do que o litoral nordestino. Implementos e mão-de-obra africana atingiam preços muito mais altos no Pará do que na Bahia ou em Pernambuco. Dessa forma, economia e geografia eram pouco atrativas para os colonos portugueses. Durante a maior parte do período colonial, o Estado não investia e ainda impunha pesada carga fiscal. Por outro lado, o extrativismo exigia investimento inicial muito menor e seus produtos atingiam bons preços no mercado (FARAGE, 1991 p. 25). Além das drogas do sertão (destinadas à exportação), a pesca e a viração de tartarugas (voltadas para o mercado interno) compunham o quadro econômico que indicava a “debilidade estrutural” da Amazônia, no quadro do sistema colonial. A produção extrativista era irregular e os preços também oscilavam bastante. Os produtores não tinham acesso ao crédito, pois não tinham bens para oferecer em garantia. Isso também contribuía para

⁶ “[...] structural constraints frustrated the absolutist pretensions of Madrid’s reforming oligarchy in Spanish America. In spite of their strenuous efforts to extend the sway of royal power, ministers in Madrid exercised limited control over the machinery of ultramarine governance”.

tornar inviável o preço do escravo africano. Assim, o fato do governador Mendonça Furtado⁷ listar uma grande variedade de produtos de exportação (39 gêneros de cultura e extração na Amazônia) na verdade indicava

“uma debilidade estrutural da economia colonial, e não o contrário. [...] exportava-se cacau, algodão, arroz, cravo fino, café, diversas ‘drogas do sertão’, eventualmente açúcar, anil e tabaco em pequenas quantidades, couros, aguardente e alguns mantimentos como farinha de mandioca, tapioca, polvilho etc. [...] O anil e o tabaco não passaram no fundo da etapa de experiências no relativo à exportação [...]” (CARDOSO, 1984 p. 126).

Relatos coevos como os do Padre João Daniel e do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira deploram o que era, aos olhos europeus, um grande atraso técnico:

“[...] plantar huma roça de maniba⁸, he deitar abaixo hum mato, à força de machado, e sem fazer caso nem das extremidades dos troncos que ainda ficão por cortar, nem das raízes, que estão por baixo da terra, ou na sua superfície; com tanto que se lance o fogo a tudo, em ordem, a se aproveitarem as cinzas; está lavrado o terreno [...]. Cava-se aqui e ali huma cova com a enchada, ou com o ferro de cova [...] e dispõem-se na terra a maniba. (Alexandre Rodrigues Ferreira, apud CARDOSO, 1984, p. 125).

Essa técnica, emprestada aos povos indígenas, significava, para os europeus, a impossibilidade de usar o arado, pois deixavam-se infinitas e intrincadas raízes sob o solo. João Daniel insistia na necessidade de se abandonar o cultivo da mandioca e substituí-lo por culturas europeias como o trigo, condição essencial para o “progresso” da região. As autoridades coloniais, durante o século XVIII e início do XIX, procuraram tenazmente introduzir espécies asiáticas de cultivo, em busca de alternativas exportáveis.

As agruras dos agentes coloniais e os apuros dos colonos de origem europeia remetem, necessariamente, aos constrangimentos materiais que sofreram os projetos e as políticas de colonização na Amazônia. Qualquer pesquisador dessa região precisa pensar, todo o tempo, na interface entre os desígnios humanos (e seus condicionantes culturais e econômicos, as lutas entre diferentes grupos e culturas, as relações de dominação) e as indomáveis condições climáticas e geográficas. Afinal, “los actos humanos ocurren dentro de una red de relaciones, procesos y sistemas que son tan

⁷ Governou o Estado do Grão-Pará e Maranhão de 1751 a 1759.

⁸ Maniba ou maniva é a rama de mandioca destinada ao plantio.

ecológicos como culturais” (CRONON, 2002 p. 31). A latitude equatorial e suas elevadas precipitações impuseram limites ecológicos ao imperialismo europeu, que teve de se adaptar e se aclimatar, aprendendo com as culturas locais. Impossível criar uma Neo-Europa (CROSBY, 1993) na Amazônia, a despeito da política de imposição cultural parcialmente bem-sucedida (a imposição da língua portuguesa e o banimento das línguas indígenas; a substituição dos topônimos indígenas pelos portugueses, como Santarém, Óbidos, Barcelos, Moura etc.; o incentivo aos casamentos mistos).

Como já mostrou há muito tempo Sérgio Buarque de Holanda, aqui não foi o europeu que transformou a terra americana à semelhança de seu meio de origem, mas pelo contrário, o meio ecológico e cultural americano transformou o europeu:

Onde lhes faltasse o pão de trigo, aprendiam a comer o da terra, e com tal requinte que – afirmava Gabriel Soares – a gente de tratamento só consumia farinha de mandioca fresca, feita no dia. Habitaram-se também a dormir em redes, à maneira dos índios. [...] Aos índios tomaram ainda instrumentos de caça e pesca, embarcações de casca ou tronco escavado, que singravam os rios e águas do litoral, o modo de cultivar a terra ateando primeiramente fogo aos matos. (HOLANDA, 1984 p. 16).

As povoações fundadas pelo Estado na capitania do Rio Negro, na segunda metade do século XVIII foram, apesar dos melhores esforços dos reformadores ilustrados, criações efêmeras e artificiais.

São artificiais porque foram implantadas sobre as estruturas locais pré-existentes e porque tinham sua vida orientada na contramão dos interesses da maioria de seus habitantes. São, por isso mesmo, transitórias, inclusive porque essas mesmas populações tinham suas próprias leituras e outros encaminhamentos para seus respectivos destinos. (SAMPAIO, 2003b)

São frequentes, nas fontes que se referem aos aldeamentos na bacia do Rio Negro, as referências às queixas dos aldeados quanto à quebra de seu sistema produtivo, a fome e as doenças intensificadas pela vulnerabilidade causada pela subnutrição. Especificamente na Amazônia Portuguesa, os pontos centrais do programa econômico pombalino foram:

- 1) uma drástica modificação da política relativa à mão-de-obra indígena; 2) a instituição de uma Companhia de Comércio que funcionou durante pouco mais de vinte e dois anos, com as finalidades principais de introduzir escravos negros a crédito na região, e de

incrementar o comércio desta; 3) uma redistribuição da propriedade confiscada dos jesuítas, por doação ou venda em hasta pública, entre outras medidas tendentes a favorecer o povoamento e o desenvolvimento agrícola. (CARDOSO, 1984 p. 108).

Quanto ao primeiro ponto, realmente o sistema das missões foi dissolvido, mas o próprio sistema dos diretores leigos (1757-1798) seria abolido meio século depois. No entanto, a lei de Liberdade dos Índios de 1757 não representou efetivamente o fim do trabalho coagido indígena, pois o segundo ponto foi apenas parcialmente bem sucedido (a Companhia de Comércio introduziu realmente mais de 17 mil escravos negros, mas a maioria deles foi vendida ao Mato Grosso, dada a pobreza dos colonos do Grão-Pará e Rio Negro⁹). As contradições econômicas do modelo colonial, assim como a demografia e o meio ecológico, comprometeram e limitaram o êxito das medidas pombalinas.

Considerações finais

Resta o fato de ser a Amazônia, até o presente, a região com maior biodiversidade e maior extensão de floresta no Brasil. Somente a combinação de inúmeros fatores históricos e ambientais e suas determinações mútuas pode prover uma explicação para essa marginalização econômica e sua correspondente situação de preservação da biodiversidade. Fatores ecológicos e naturais como as correntes marítimas e o regime de ventos no Atlântico, os patógenos trazidos pelos europeus¹⁰, a acidez e pobreza dos solos amazônicos, o clima e a vegetação; a configuração das relações econômicas entre a Europa pré-industrial e as demais áreas que começavam a ser controladas pelos europeus nos séculos XVI-XVIII; a inserção da Amazônia em um império português que direcionava o principal de seus recursos para a Ásia e, depois, para o litoral atlântico da América do Sul e, *last but not least*, as características culturais e demográficas dos povos que os portugueses aqui encontraram e as formas como interagiram e negociaram suas relações e seus interesses.

⁹ Cardoso, 1984.

¹⁰ “O intercâmbio de doenças infecciosas [...] entre o Velho Mundo e suas colônias americanas e australianas foi espantosamente unilateral, tão unilateral e unidirecional quanto o intercâmbio de pessoas, ervas e animais.” (WORSTER, 1991 p. 191).

Bibliografia

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. 2000.** *O Trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo : Companhia das Letras, 2000.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. 1984.** *Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)*. Rio de Janeiro : Graal, 1984.
- COUTINHO, Francisco de Sousa. 1865.** Informação sobre o modo porque se efetua presentemente a navegação do Pará para Mato Grosso [...]. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. 1o. Trimestre de 1865, Vol. XXVIII, pp. 38-69.
- CRONON, William. 2002.** Un lugar para relatos: naturaleza, historia y narrativa. [A. do livro] G PALACIO e ULLOA, A. *Repensando la naturaleza: Encuentros y desencuentros disciplinarios en torno a lo ambiental*. Bogotá : Universidad Nacional de Colombia-Sede Leticia; Instituto Amazónico de Investigaciones Imani; Instituto Colombiano de Antropología e Historia; Colciencias, 2002, pp. 29-65.
- CROSBY, Alfred. 1993.** *Imperialismo Ecológico: A Expansão Biológica da Europa: 900-1900*. Rio de Janeiro : Companhia das Letras, 1993.
- DOMINGUES, Ângela. 2000.** *Quando os índios eram vassallos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa : Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.
- FARAGE, Nádia. 1991.** *As Muralhas dos Sertões*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1991.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. 1984.** *Raízes do Brasil*. 18. Rio de Janeiro : José Olympio, 1984.
- LEONARDI, Victor Paes de. 1999.** *Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira*. Brasília : Paralelo 15; Editora Universidade de Brasília, 1999.
- LUCENA GIRALDO, Manuel. 1993.** *Laboratorio tropical: la expedición de límites al Orinoco, 1750-1767*. Caracas : Monte Avila/CSIC, 1993.
- PAQUETTE, Gabriel B. 2005.** Empire, Enlightenment and Regalism: new directions in Eighteenth-century Spanish History. *European History Quarterly*. 2005, Vol. 35(1), pp. 107-117.
- RICARDO, Beto e ANTONGIOVANNI, Marina. 2008.** *Visões do Rio Negro: construindo uma rede socioambiental na maior bacia de águas pretas do mundo*. São Paulo : Instituto Socioambiental, 2008.
- SAMPAIO, Patrícia Melo. 2003a.** Administração Colonial e legislação indigenista na Amazônia Portuguesa. [A. do livro] Mary del PRIORE e GOMES, Flávio. *Os senhores dos rios: Amazônia, história e margens*. Rio de Janeiro : Campus/ Elsevier, 2003a.
- . **2003b.** Cidades desaparecidas na Amazônia Portuguesa. Poiares, séculos XVIII e XIX. *História Social*. 2003b.
- SOUSA, Cônego André Fernandes de. 1848.** Noticias Geographicas da Capitania do Rio Negro no Grande Rio Amazonas. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. 4o. Trimestre de 1848, Vol. X, pp. 411-503.
- WORSTER, Donald. 1991.** Para fazer história ambiental. *Revista Estudos Históricos*. 8, 1991, Vol. 4, pp. 198-215.